



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES  
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

Reunião CNDM – Pauta

**14/03/2006**

**9 horas –**

Sala de Reuniões do CNDM

Abertura

Expediente CNDM – calendário de reuniões 2006

Informes - Trabalho Doméstico

Seminário Nacional de Lésbicas

PL 4559/04 Violência contra as mulheres

Agenda SPM/2006

Apresentação do Relatório de Implementação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres

Indicação das conselheiras para representar o CNDM no Seminário de Controle Social nas Políticas de Saúde para as Mulheres

**16 horas –**

Hotel Nacional - Abertura do Seminário de Controle Social

**15 e 16/3 –**

Seminário Nacional de Controle Social nas Políticas de Saúde para as Mulheres



Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres  
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

**Ata de Reunião 14/03/2006**

1 Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às nove horas, na Sub-sede da Secretaria  
2 Especial de Políticas para as Mulheres, no Setor de Autarquias Sul, quadra 5, bloco N, 10º andar, sede  
3 do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, reuniram-se as integrantes do Conselho Nacional dos  
4 Direitos da Mulher para tratar da seguinte pauta: 1) CNDM: expediente interno, calendário de  
5 reuniões 2006; 2) Informes gerais, PL 4559/04 Violência contra a Mulher; 3) Agenda SPM/2006;  
6 4) Seminário de Controle Social nas Políticas de Saúde para as Mulheres. Estiveram presentes as  
7 seguintes conselheiras da Sociedade Civil: I) Eline Jonas/UBM; II) Maria Solange da Silva Alves  
8 (Suplente)/ANMTR; III) Nilza Iraci/Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras; IV) Gisela  
9 Zilsch/ABMCJ; V) Maria Ednalva Bezerra de Lima /CUT; VI) Rumiko Tanaka/GCT; VII) Edna Costa  
10 (Suplente)/CMB; VIII) Odisséia Pinto de Carvalho/CNTE; IX) Jacimar de Almeida Gouvêa/CONAMI; X)  
11 Beatriz Zanella Fett (Titular) e Arlete Carminatti Zago(Suplente)/BPW; XI) Maria Elvira Salles Ferreira  
12 (Titular) e Jeanete Assad Mazzieiro (Suplente)/MERCOSUL; XII) Lia Zanotta Machado/Rede Fem. de  
13 Saúde; XIII) Eleutéria Amora da Silva(Suplente)/Marcha Mundial das Mulheres; XIV) Helena Ribeiro da  
14 Silva/Força Sindical; XV) Carmen Lucia Luiz (Suplente)/LBL; XVI) Albertina de Oliveira Costa/Notório  
15 Conhecimento; XVII) Carmen Helena Foro/CONTAG; XVIII) Creuza Maria Oliveira/FENATRAD; XIX) Maria  
16 da Conceição Concita Maia/MAMA; XX) Marilma Torres de Oliveira/OAB; Representantes  
17 Governamentais: XXI) Ministra Nilcéa Freire/SPM e Presidenta CNDM; XXII) Maria Laura Sales  
18 Pinheiro/Secretária Adjunta da SPM; XXIII) Fábila Souza, representando Denis Santana Barros – /MP;  
19 XXIV) Regina Viola, representando Maria José de Oliveira Araújo/MS; XXV) Eliane Cavalleiro/MEC;  
20 XXVI) Eunice Lea de Moraes/MTE; XXVII) Bárbara Michelli Garcia, representando Marina de  
21 Oliveira/MJ; Andréa Lorena Butto Zarzar/MDA; XXVIII) Ivana de Siqueira/SEDH; XXIX) Denise Antônia  
22 de Andrade Simões/SEPPIR. A reunião foi aberta pela Ministra Nilcéa Freire, presidenta do CNDM, que  
23 após cumprimentar as conselheiras presentes discorreu sobre as comemorações do Dia Internacional da  
24 Mulher, o 8 de março, cuja agenda deste ano teve como eixo a questão das trabalhadoras domésticas.  
25 A decisão foi justificada pelo fato de que, além do importante programa sobre o Trabalho Doméstico  
26 Cidadão, percebeu-se a necessidade de trabalhar pela efetivação dos direitos trabalhistas das  
27 trabalhadoras domésticas, com medidas de incentivo à formalização do trabalho doméstico. Para isso,  
28 o apoio dos Ministérios do Trabalho e da Previdência foi muito importante, para que se chegasse à  
29 possibilidade de desconto no Imposto de Renda da contribuição previdenciária. Dentre as atividades do  
30 8 de março, houve o evento de lançamento do programa Capacitando para a Cidadania, na Baixada  
31 Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, e à noite um show da cantora Daniela Mercury, em parceria  
32 com a prefeitura de Niterói, com a presença de cinquenta mil pessoas, quando em cada intervalo  
33 musical a cantora falou sobre o Dia da Mulher e a importância da valorização da trabalhadora  
34 doméstica. A Ministra destacou ainda que na semana do 8 de março foram inaugurados os Centros de  
35 Referência de Goiânia, Curitiba, Mesquita (na Baixada Fluminense) e Fortaleza. Antes de passar a  
36 palavra à Secretária-Adjunta Maria Laura, a Ministra comunicou às conselheiras que a Secretária-  
37 Adjunta da Secretaria de Políticas para Mulheres vai desincompatibilizar-se no dia trinta e um de  
38 março, por ser candidata à Deputada Federal. A Ministra destacou que, ao mesmo tempo em que

39 lamenta por não mais poder contar com Maria Laura a seu lado no trabalho da Secretaria, expressa sua  
40 alegria pelo fato de que as mulheres poderão contar com a firmeza e a determinação de Maria Laura  
41 no Congresso Nacional. Maria Laura agradeceu as palavras da Ministra Nilcéa, e complementou o  
42 informe sobre as atividades do 8 de março, quando quatro mil donas de casa de todos os Estados  
43 Brasileiros vieram a Brasília. Na ocasião, Maria Laura acompanhou uma comissão de donas de casa a  
44 uma audiência com o Presidente da República em exercício, que contou também com a presença de  
45 diversas parlamentares, além da deputada Luci Choinacki. Nesse ponto, diversas conselheiras  
46 informaram sobre as atividades do Dia Internacional da Mulher em seus estados, e também se  
47 manifestaram em relação à saída da Secretária-Adjunta Maria Laura da Secretaria para candidatar-se à  
48 Deputada Federal, desejando-lhe sucesso. Em seguida, a Ministra manifestou sua preocupação em  
49 relação à demora na tramitação do Projeto de Lei 4559, a respeito da Violência contra a mulher,  
50 informando sobre sua ida a Pernambuco em fevereiro, onde até aquele momento quarenta e seis  
51 mulheres já haviam sido assassinadas desde o início do ano. A pedido da Ministra, a conselheira Lia  
52 Zanotta informou sobre a tramitação do PL 4559 na Câmara dos Deputados. Nesse ponto, a  
53 conselheira Solange da Silva Alves pediu a palavra para acrescentar que em seu estado, Pernambuco,  
54 as mulheres realizaram uma grande passeata com seis mil participantes em que reivindicavam, entre  
55 outras coisas, mais segurança para as mulheres. Por sugestão da conselheira Schuma Schumacher, as  
56 conselheiras aprovaram moção dirigida ao Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Aldo  
57 Rebelo, solicitando urgência para que seja colocado em regime de votação o PL 4559/05 que trata da  
58 violência doméstica contra as mulheres, com o seguinte texto: *“O Conselho Nacional dos Direitos da*  
59 *Mulher – CNDM, reunido em Brasília, em 14 de março de 2006, vem solicitar ao Exmo. Senhor*  
60 *Presidente da Câmara dos Deputados, seu compromisso em colocar em votação, em caráter prioritário,*  
61 *o Projeto de Lei 4559/04, que se encontra em regime de urgência na pauta do Congresso Nacional.*  
62 *Como é do conhecimento de V. Excia., o referido projeto trata de uma questão que diz respeito à*  
63 *segurança e a vida de milhões de mulheres brasileiras, e que, pela sua gravidade, vem sendo destacada*  
64 *por todos os meios de comunicação, e por diferentes movimentos sociais. Os dados alarmantes dessa*  
65 *violência têm demonstrado que, ao contrário das expectativas, estamos diante de um recrudescimento*  
66 *da violência contra as mulheres nesse país. Causa indignação, no Brasil, o número de mulheres*  
67 *agredidas pelos maridos, companheiros, namorados, ex-maridos, ex-companheiros ou ex-namorados.*  
68 *Somente no estado do Rio de Janeiro, em 2004, foram registrados 45.860 casos de lesão corporal em*  
69 *que as vítimas foram mulheres. Destes, 87,3% se caracterizam como casos de Violência Doméstica,*  
70 *uma vez que os autores da agressão foram os maridos ou ex-maridos. Recente dossiê do Observatório*  
71 *da Violência, em Pernambuco evidencia a gravidade da violência contra as mulheres e reforça a*  
72 *urgência da inovação legislativa. Estudos mostram que a Violência Doméstica, além de trazer*  
73 *conseqüências físicas e psicológicas para as vítimas e seus familiares, tem reflexos sobre o aspecto*  
74 *econômico e social. Grande parte das ausências de mulheres ao trabalho acontece em conseqüência da*  
75 *violência sofrida no lar. Isto sem falar nos casos de morte. Mas ainda são muito precários os registros*  
76 *destes casos, não dispondo o Brasil de estatísticas condizentes com a gravidade do problema. Inúmeros*  
77 *episódios de Violência Doméstica deixam de ser denunciados, em razão do cenário de medo e da*  
78 *dificuldade de acesso aos órgãos competentes, que caracterizam este dramático universo. Mesmo*  
79 *quando há o registro policial, o que se obtém como resultado é uma impunidade que decepciona e -*  
80 *muitas vezes – coloca em maior risco as pessoas que conseguem transpor as barreiras do silêncio.*  
81 *Juridicamente, os casos de violência contra as mulheres são hoje da alçada dos Juizados Especiais*  
82 *Criminais, criados há dez anos para atender os crimes qualificados como de “baixo potencial ofensivo”.*  
83 *O objetivo foi o de “desafogar” o Poder Judiciário, através de procedimentos mais ágeis e informais.*  
84 *No entanto, a experiência demonstra que a estrutura desses juizados é ineficiente para dar soluções a*  
85 *conflitos como desta natureza, pois lida de maneira inadequada com um desvio de conduta que tem*  
86 *raízes complexas. O PL 4559/04 apresenta uma estrutura específica e inovadora para prevenir e coibir*

87 a violência contra as mulheres, levando em conta a complexidade do problema. Construído com a  
88 participação de diversos segmentos da sociedade, este projeto de lei está em sintonia com o ideal  
89 democrático e de igualdade da cidadania brasileira. Seguem-se suas principais inovações: criar uma  
90 justiça especializada para os conflitos de violência doméstica; instituir assistência jurídica integral e  
91 gratuita, com apoio jurídico, psicológico e social; criar mecanismos judiciais de prevenção tais como o  
92 afastamento imediato do agressor do lar e sua prisão preventiva caso se justifiquem, além de medidas  
93 preventivas para garantir a integridade física e psicológica da mulher e das crianças; eliminar a prática -  
94 hoje em uso - de penalidades como o pagamento de cesta básica ou multa, substituindo-as por outras  
95 mais eficazes. Na certeza de que essa Casa Legislativa defende os interesses e a vida das mulheres, nós  
96 integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, representando diferentes redes, fóruns,  
97 articulações e segmentos contamos com seu integral apoio para que o PL 4559/05, em tramitação no  
98 Congresso Nacional, seja imediatamente colocado em votação e aprovado. Em seguida, a Ministra  
99 Nilcéa discorreu sobre a agenda da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres para o ano de 2006,  
100 ressaltando que o andamento dos trabalhos pode ser prejudicado pelo fato do Orçamento da União  
101 ainda não ter sido votado. O plenário aprovou então que fosse encaminhada uma carta ao Relator  
102 Geral do Orçamento, deputado Carlito Meross, solicitando a recomposição do orçamento da Secretaria  
103 Especial de Políticas para as Mulheres e o acolhimento das emendas de origem das Comissões de  
104 Participação Legislativa e de Direitos Humanos, com o seguinte texto: "O Conselho Nacional dos  
105 Direitos da Mulher – CNDM, reunido em Brasília, em 14 de março de 2006, vem solicitar a  
106 recomposição do orçamento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da  
107 República e o acolhimento das emendas de origem da Comissão de Participação Legislativa e da de  
108 Direitos Humanos. É com muita preocupação que vimos noticiado a intenção de Vossa Excelência em  
109 promover um corte linear de 15% no valor aprovado, na fase dos relatórios setoriais nas emendas  
110 coletivas. Tal procedimento implicará em redução expressiva dos orçamentos da Secretaria Especial de  
111 Políticas para as Mulheres e na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que  
112 já dispunham de minguadas dotações na proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo. A  
113 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, segundo o PLOA 2006, dispunha de<sup>1</sup> apenas R\$ 16,6  
114 milhões para o desenvolvimento de ações finalísticas, o que representa uma queda de 32,2%  
115 relativamente ao autorizado em 2005, que foi de R\$ 24,6 milhões. São R\$ 8 milhões a menos para a  
116 execução das políticas de combate à desigualdade de gênero executadas pela SPM. Com isso, a  
117 participação relativa da dotação da Secretaria no órgão Presidência da República cai de 0,8% para  
118 0,56%. A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial também apresenta redução  
119 na proposta apresentada pelo governo, de 7,2%, relativamente ao previsto para este ano. Na fase de  
120 apresentação de emendas, foram encaminhadas algumas coletivas e várias individuais, que após a  
121 análise da relatora setorial redundaram em elevação da dotação da SPM em R\$ 6,320 milhões e a da  
122 SEPPIR em R\$ 8,120 milhões. Mesmo com este pequeno acréscimo a SPM não recupera o valor da  
123 dotação autorizada em 2005. Gostaríamos de destacar ainda a grave situação do programa 156-  
124 Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres que teve sua dotação orçamentária reduzida a  
125 quase à metade, passando de R\$ 10,1 milhões em 2005 para R\$ 5,7 milhões no PLOA 2006. A  
126 Comissão de Legislação Participativa apresentou emenda para esse programa no valor de R\$ 12  
127 milhões Considerando os limites dos relatores setoriais, a relatora Senadora Lúcia Vânia aprovou  
128 parcialmente a emenda, acrescentando R\$ 3,045 milhões, acréscimo insuficiente para atender as atuais  
129 demandas da SPM, ainda mais se considerarmos a aprovação do PL relativo à não violência contra a  
130 mulher (PL nº 4559/04), que contém vários desdobramentos orçamentários. Considerando a  
131 necessidade de ampliar os recursos, a relatora setorial fez indicação ao relator geral do orçamento:  
132 "Tendo em vista a escassez de recursos com que esta Relatoria Setorial trabalhou, indicamos ao

133 *Relator Geral a alocação de recursos adicionais nas seguintes emendas, nos valores especificados a*  
134 *seguir: 6) Emenda nº 60090005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa,*  
135 *na UO 20122 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ação – Apoio a Serviços*  
136 *Especializado no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, no valor de R\$*  
137 *20.000.000,00;” Vale ressaltar que uma das metas estabelecidas no Plano Nacional de Políticas para*  
138 *as Mulheres é “Implantar serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência*  
139 *em todos os Estados brasileiros e Distrito Federal, segundo o diagnóstico realizado e as estatísticas*  
140 *disponíveis sobre a violência em cada região”. Na mesma direção, a LDO/2006 estabelece como*  
141 *prioritária a ação “0911 Apoio a Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de*  
142 *Violência”, sendo que a meta é o atendimento de 10 mil pessoas. Assim, solicitamos a Vossa*  
143 *excelência que reconsidere a proposta de corte linear nas emendas coletivas, especialmente as que*  
144 *atingem diretamente as Secretarias Especiais, e também contemple a indicação aprovada no âmbito do*  
145 *relatório setorial relativa ao programa 0156 Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres.”*  
146 Nesse ponto da reunião, a Ministra Nilcéa precisou ausentar-se, ficando a condução dos trabalhos a  
147 cargo da Secretária-Adjunta Maria Laura, que passou a palavra para a Secretária Susana Cabral, para  
148 informes e expediente do CNDM. A Secretária informou a todas sobre o Seminário de Controle Social  
149 nas Políticas de Saúde para as Mulheres, cuja abertura será no final do dia, com a participação dos  
150 conselhos estaduais e municipais de capitais das áreas de Direitos da Mulher e de Saúde,  
151 encaminhando a escolha das conselheiras que representarão o CNDM. Sugeriu que, dentre as  
152 conselheiras que iriam participar do Seminário fosse observada a composição da Câmara Temática de  
153 Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos e a composição da Comissão de Controle Social do CNDM.  
154 Desta forma, foram indicadas as conselheiras Lia Zanotta/Rede Fem de Saúde, Nilza Iraci/Geledés,  
155 Jacimar Gouvêa/CONAMI e Edna Costa/CMB. A Conselheira Nilza Iraci pediu a palavra para registrar  
156 seu protesto pelo fato de o Seminário ocorrer nas dependências do Hotel Nacional, relembando o caso  
157 de discriminação racial ocorrido naquele hotel há um ano, quando a Secretaria de Políticas para  
158 Mulheres repudiou veementemente o fato. A Secretária informou que as providências para o Seminário  
159 foram tomadas pelo Ministério da Saúde, quando foi colocado para os parceiros este incidente havido  
160 com o Hotel Nacional, e que lamentavelmente não coube à SPM a decisão da escolha do local,  
161 esperando que isto não fosse impedimento para a presença de todas ao Seminário. Em seguida, foi  
162 submetida às conselheiras a proposta de calendário de reuniões para 2006, ficando aprovadas as datas  
163 de 31 de maio, 30 de agosto e 6 de dezembro. Nesse ponto, a Secretária fez um pedido às  
164 conselheiras no sentido de observarem os prazos para devolução dos cartões de embarque das viagens  
165 aéreas, e para a eventual necessidade de devolução de diárias, pois os atrasos ou não cumprimento  
166 dos procedimentos necessários acarretam grandes dificuldades para o trabalho da Secretaria do  
167 CNDM, além de se tornarem impedimento para a próxima vinda das conselheiras. Além disso,  
168 acarretam atrasos para providências que atingem a todas as conselheiras, mesmo aquelas que estão  
169 em dia, prejudicando a todas. Foi relatado o caso, pendente desde setembro de 2005, da negativa em  
170 devolver diárias no valor de quatrocentos e quarenta e seis reais por parte de uma conselheira, cujo  
171 nome foi omitido. Na ocasião, a conselheira confirmou presença, foram emitidas passagens aéreas e  
172 diárias, a conselheira não veio, era sua última reunião no CNDM, e a entidade por ela representada até  
173 hoje não assume a dívida, recusando-se a pagar. Com isto, a dívida passa para a Secretária-Adjunta  
174 Maria Laura, que na época assinou o empenho. Diversas conselheiras manifestaram-se em repúdio ao  
175 fato, ficando de estudar uma solução para casos como este. Ainda sobre o CNDM, a conselheira Lia  
176 Zanotta solicitou que fosse disponibilizado para todas os endereços eletrônicos das conselheiras, para  
177 que seja criado um grupo de discussão do CNDM pela internet, o que teve a concordância de todas. Foi  
178 combinado que os endereços seriam enviados a todas, ficando a cargo das conselheiras a criação do  
179 referido grupo de discussão. Em seguida, a Secretária-Adjunta Maria Laura falou da necessidade de se

180 iniciar o processo de convocação da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, prevista para  
181 2007. As seguintes conselheiras apresentaram-se para compor uma comissão que contará também  
182 com integrantes da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres: Ednalva Lima/CUT, Schuma  
183 Schumacher/AMB, Eleutéria Amora/Marcha, Nilza Iraci/Geledés, Eline Jonas/UBM e Concita  
184 Maia/MAMA. Antes do encerramento da reunião, a conselheira Marilma Torres sugeriu que o Plenário  
185 aprovasse uma moção solicitando ao Presidente da República que a vaga no Supremo Tribunal Federal  
186 seja preenchida por uma mulher. A sugestão teve a concordância de todas as conselheiras, que  
187 aprovaram a seguinte moção: *O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, através de suas*  
188 *Conselheiras reunidas no dia 14 de março do ano corrente, deliberou à unanimidade no sentido de*  
189 *solicitar ao Exmº Sr Presidente da República o preenchimento da próxima vaga para Ministro do*  
190 *Supremo Tribunal Federal por uma mulher, em decorrência da necessidade da presença feminina nas*  
191 *decisões da mais alta Corte de Justiça do Brasil. Este pleito reflete os justos anseios das mulheres que*  
192 *representam 51% (cinquenta e um por cento) da população brasileira e a necessidade de que haja a*  
193 *equidade de gênero, em respeito ao aprimoramento da democracia em nosso país.* A Secretária-  
194 Adjunta lembrou a todas que naquele momento estava encerrando a primeira parte da reunião do  
195 CNDM, por considerar que sua continuação se dará no Seminário de Controle Social nas Políticas de  
196 Saúde para Mulheres, com abertura em seguida no Hotel Nacional, para onde todas se dirigirão. Maria  
197 Laura despediu-se de todas agradecendo pela oportunidade e pela convivência que tiveram no  
198 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e deu por encerrada a reunião.